



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/08/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. EVENTOS.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CASO DÉCIO SÁ.....	2 - 3
2.2. EXECUÇÃO PENAL.....	4
2.3. PRESIDENTE.....	5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. CASO DÉCIO SÁ.....	6
3.2. EVENTOS.....	7
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DECISÕES.....	8
4.2. DESEMBARGADORES.....	9 - 11
4.3. EVENTOS.....	12 - 16
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. CASO DÉCIO SÁ.....	17 - 18
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. SEM ASSUNTO.....	19 - 20
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. CASO DÉCIO SÁ.....	21 - 22
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. DESEMBARGADORES.....	23
8.2. EVENTOS.....	24

Justiça e a Cidade I

Monumentos, costumes e personagens da paisagem urbana de São Luís ao longo de quatro séculos foram resgatados pelo Poder Judiciário para homenagear a cidade na passagem do seu aniversário de 400 anos, em mostra aberta ao público e que acontece de 20 a 24 deste mês, no saguão do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

Justiça e a Cidade II

Na exposição "A Justiça e Cidade" fragmentos do passado histórico de São Luís e do Tribunal de Justiça do Estado podem ser revisitados em mais de vinte réplicas de fotos antigas reproduzidas de acervos de litografias e cartões postais de colecionadores, e no painel cronológico que elenca acontecimentos marcantes acerca dos primórdios da Justiça do Maranhão.

Olá, gata fofa, muito bom dia! Acorda cedo, mulher de Deus, que hoje tem muita coisa boa pra te falar. Só coisa daqui, ó. A cidade está em alta temperatura, "muié". Olha, a Justiça já recebeu o inquérito sobre a morte do Décio Sá. De novidade, o pedido da Polícia Civil à Justiça, para que o deputado Raimundo Cutrim possa ser interrogado a respeito de seu suposto envolvimento no crime.

Nos últimos dias, o Sistema Mirante vem dando amplo espaço aos supostos envolvimento do deputado na morte do Décio Sá e em grilagem de terras. Ele só não é notícia no programa do esporte e na Voz do Brasil. Nos outros, é destaque na certa. Parece uma operação "destrói reputação".

Quem diria, né, Bibi... O Cutrim passou quase

10 anos como supersecretário de Segurança, considerado o melhor que já tinha passado pela pasta, o homem que conduziu as investigações em apoio à CPI do Crime Organizado e atualmente vem sendo tratado como um verdadeiro bandido.

Ele está se arrastando nessa situação, em companhia do ex-deputado Alberto Franco, atual secretário de Assuntos Estratégicos do governo Roseana. Este inclusive já foi indiciado pela polícia, sob acusação de falsidade ideológica.

É que o secretário era proprietário do Cartório de São José de Ribamar. Os policiais falam que ali é que se falsificavam os documentos estabelecendo o Cutrim como proprietário de terras na Pindoba. O parangolé é dos grandes, minha fofa e tem muita gente graúda envolvida. Só medalhudo.

DEPOIMENTO

Caberá à justiça maranhense decidir se há ou não necessidade do depoimento do deputado estadual Raimundo Cutrim (DEM) no caso do assassinato do jornalista Décio Sá. O inquérito foi encaminhado na sexta-feira à 1ª Vara do Tribunal do Juri.

Secretário Sergio Tamer destaca a importância dos parceiros na realização da Semana do Encarcerado

Na abertura da 13ª Semana do Encarcerado, na última segunda-feira, 13, o titular da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), Sergio Tamer, destacou a importância dos parceiros no intuito de que sem estes seria impossível a realização do evento, que acontece anualmente.

Na ocasião, Sergio Tamer disse que as parcerias com a Defensoria Pública do Estado, Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça e o apoio de setores como as entidades religiosas têm sido fundamentais para a realização do evento, contribuindo assim com o aprimoramento do sistema carcerário do Maranhão. “Acredito que não se faz política de ressocialização sem parceiros. E a Semana do Encarcerado é, sem dúvida, algo que é fruto dessa parceria”, declarou Tamer.



"Temos no Maranhão homens intelectuais: (poetas, jornalista, escritores e pesquisadores) temos jovens poetas, (sem oportunidade de lançar seus livros, e na imprensa de desponta o seu talento) temos empáfia de estamos todos hoje célebre no País, mas, entretanto devem sim ao nome expressivo no quadro Político do País. - José Sarney". (IVP).

ESPECIAL - O nosso Tributo de hoje vai ao Presidente do Tribunal de Justiça Desembargador Antonio Guerreiro Júnior nasceu em São Luís, onde concluiu sua formação acadêmica. Sua trajetória profissional guarda inteira relação com o Poder Judiciário maranhense. Foi auxiliar de escritório do Tribunal de Justiça, diretor da Corregedoria Geral da Justiça, escrivão dos feitos da Fazenda Pública na capital e juiz de Direito, após aprovação em concurso público. - Exerceu a Magistratura junto às comarcas de Guimarães, Cururupu, Cedral, Pinheiro, Turiaçu, Cândido Mendes, Itapecuru-Mirim, Vargem Grande, Chapadinha, Bacabal, Lago da Pedra, São Mateus, São Luís Gonzaga, Olho D'água das Cunhãs, Vitorino Freire, Paulo Ramos, Altamira do Maranhão, Pio XII e São Luís. Desde 1998 ocupa o cargo de desembargador deste Tribunal. - No final de 2009, foi eleito, em sessão plenária, para corregedor-geral da Justiça para o biênio 2010-2011. Em outubro de 2011, por unanimidade, foi eleito presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 2012-2013, consagrando uma trajetória de vida a serviço da Justiça maranhense. - Acompanhando as mudanças sociais, possui especialização em Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Processual Civil, Tributário e Financeiro. - Em paralelo às atividades judiciais, exerceu a Presidência da Cooperativa dos Profissionais Autônomos do Maranhão e a Vice-Presidência da Cooperativa de Livros dos Universitários, participando ativamente de todas as lutas pelo melhoramento do ensino superior. - Pelo reconhecimento de seu trabalho, recebeu comendas de grande vulto na área jurídica, como as medalhas do Mérito Judiciário Bento Moreira Lima, assim como os títulos de cidadania dos municípios de Itapecuru e Bacabal. Foi condecorado ainda com a Medalha Simão Estácio da Silveira, concedida pela Câmara Municipal de São Luís. - Tem diversas produções como jurista com destaque para artigo sobre crédito rural, publicado como matéria de capa da Revista Consulex.

CASO ENCERRADO

Concluído inquérito sobre morte de Décio Sá

A Polícia Civil entregou, na tarde da última sexta-feira (17), à Secretaria Judicial, da 1ª Vara do Tribunal do Júri no Fórum Desembargador Sarney Costa, o relatório final da investigação da morte do jornalista Décio Sá. Ao todo foram oito volumes com 1.970 páginas de informações contendo ainda 23 anexos adicionais ao texto principal.

Foram 13 pessoas indicadas, nove mandados de prisão expedidos e seis cumpridos. Segundo a comissão de delegados que investigou o caso, que durou 115 dias a contar da data do assassinato no dia 23 de abril, foram ouvidas um total de 102 pessoas sendo que algumas participaram de duas ou três oitivas e outras tantas acareações.

No decorrer das investigações, 52 diligências com ordem de missão oficial foram cumpridas, inclusive, em outros Estados da Federa-

ção como, Pará, Piauí, Minas Gerais, Ceará e Espírito Santo, para o colhimento de comprovações técnicas e materiais do caso.

A delegada Geral da Polícia Civil, Cristina de Meneses, se mostrou satisfeita com o bom desempenho prestado pela instituição no decorrer dos trabalhos. "Foi uma investigação emblemática que mostra que a Polícia Civil não se dobra a questões alheias nem a quaisquer status político, social ou financeiro de ninguém. Isso prova o trabalho sério realizado pela comissão de delegados que se dedicou com lisura a esta investigação", comentou a delegada.

Cristina Meneses agradeceu ainda o apoio dado pelo Ministério Público Estadual e o Poder Judiciário. "Agora o Tribunal de Justiça vai avaliar a necessidade de novas audições. Tudo que consta dos autos foi citado neste documento entregue", finalizou.

IX Prêmio Innovare

A jovem bancada de advogados do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro e Scaff encerrou suas atividades de consultoria para o Prêmio Innovare na última sexta-feira, 10. Foram visitados e avaliados 18 trabalhos locais por meio de relatórios, que servirão de base para comissão julgadora do prêmio. A Innovare elege as práticas mais inovadoras do judiciário brasileiro há 9 anos, sendo esta a quinta edição consecutiva em que os advogados do Silveira Athias são os consultores no Maranhão. A premiação está prevista para dezembro.

Via Expressa

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, determinou a continuidade das obras da Via Expressa. O desembargador concedeu ao Governo do Estado o pedido de suspensão da medida liminar concedida pela 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, que suspendeu os serviços de construção da avenida no trecho do Vinhais Velho. Na decisão, Guerreiro Júnior disse que a liminar que suspendeu a obra culminou na invasão da esfera de atuação do Poder Executivo.

Flora Dolores



**Desembargador
do TJMA ganha
bela festa p. 6**





Prestigiaram a posse de Raimundo Barros: Vicente Ferreira Lopes, Mário Lima Reis, Jamil Aguiar, José Argolo e José Brígido Lajes



Francisca Galiza, Márcia Chaves, José Nilo e Paulo Rocha Neto



O novo desembargador, Raimundo José Barros de Sousa, reunido com 21 colegas de toga do TJMA



O desembargador Raimundo Barros de Sousa com a esposa, a arquiteta Sílvia Aguiar, as duas filhas do casal, Angélica e Amanda, e os dois filhos dele, Rafael e Gabriel

Posse solene do TJMA

A tradição foi mantida: o Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão solene, conduzida pelo seu presidente, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, empossou o mais novo integrante da Corte, desembargador Raimundo José Barros de Sousa, eleito pelo critério de merecimento. Ele recebeu o Diploma e a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Velloso, das mãos do presidente Guerreiro Jr.

Nascido em Urbano Santos, Raimundo Barros é formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, com pós-graduação em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Candido Mendes (Unicam), desde 2002, e foi titularizado no ano de 2000, na 9ª Vara Criminal, atual 4ª Varado Tribunal do Júri Popular.



Os presidentes do TCE, conselheiro Edmar Cutrim, e do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Junior, com o secretário-chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Fernando Moura da Silva



A família reunida: o novo desembargador com sua mãe, D. Angélica Barros de Sousa, e os irmãos Terezinha, Fernando e Socorro Sousa e a prima Clarine



Guerreiro Júnior entrega o diploma de posse ao novo desembargador



Des. Raimundo Barros de Sousa entre os irmãos Edmar Cutrim e Raimundo Cutrim



Helena Duallibe com Flávio e sua mãe, Socorro Araújo



O novo desembargador entre seus colegas de toga, Anildes Cruz e José Bernardo Rodrigues (respectivamente presidente e vice do TRE-MA)



Desembargadores Paulo Velten, Raimundo Barros e Jorge Rachid Maluf

Exposição de fotografias relembra a história de São Luís

Mostra será aberta amanhã. **P. 5**



Fotos/Divulgação

Judiciário resgata história nos 400 anos de São Luís

Aberta ao público, mostra ficará em cartaz de amanhã a sexta-feira no Fórum Desembargador Sarney Costa; palestras e lançamento de um catálogo completam a programação



Fotografia que data de 1860 retrata onde hoje é a Avenida Dom Pedro II, núcleo fundamental de construção da cidade de São Luís, uma das imagens da exposição que será inaugurada amanhã

A *Justiça e a Cidade* é o tema da exposição que reunirá monumentos, costumes e personagens da paisagem urbana de São Luís ao longo de quatro séculos. O acervo foi resgatado pelo Poder Judiciário para homenagear a cidade na passagem do seu aniversário de 400 anos. A mostra acontece de amanhã a sexta-feira, no saguão do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) e o horário de visitação é das 8h às 18h. A programação contempla ainda palestras e lançamento do Catálogo de Documentos Manuscritos do Poder Judiciário.

Na exposição, fragmentos do passado histórico de São Luís e do Tribunal de Justiça do Estado podem ser revisitados em mais de 20 réplicas de fotos antigas reproduzidas de acervos de litografias e cartões-postais de colecionadores. Há ainda um painel cronológico que reúne acontecimentos marcantes sobre os primórdios da Justiça do Maranhão.

Por meio dos registros fotográficos e documentais, o público poderá incursionar sobre a cidade de antigamente, sobretudo na arquitetura e nos meios de transporte. Os costumes, como o leiteiro que passava de porta em porta, o vestiário de passeio e a mobília de época, e os ambientes que ficaram no



Imagem do Palácio dos Holandeses, de 1908, onde atualmente é o prédio do Palácio do Comércio

passado, tudo eternizado pelas lentes dos retratistas da época.

Fotógrafos renomados como o paraense Gaudêncio Rodrigues da Cunha, e o húngaro Tibor Jablonsky, que trabalharam no Maranhão na primeira metade do século XX - o primeiro contratado pelo governo do Estado, e o segundo, pelo IBGE - documentaram aspectos urbanos da cidade e assinam a autoria de algumas das fotos expostas. Outras, mais recentes, foram fornecidas pelo colecionador Antonio Guimarães.

O momento da passagem do dirigível norte-americano - chamado Blimps, e que integrava o esquadrão ZP-41, sobre o Centro Histórico, durante a II Guerra Mundial (1939-1945) - é retratado em uma das fotos mais interessantes da mostra. "Atendendo ao pedido das autoridades ludovicenses e de algumas famílias de origem inglesa, sobrevoou São Luís a baixa altura", informou o pesquisador Antonio Guimarães Oliveira, baseado em relato de Conci de Moraes Rêgo.

Palestras - Na abertura do evento, palestras com especialistas versam sobre os primeiros ordenamentos jurídicos instituídos no Maranhão. O historiador e escritor Milson Coutinho, desembargador aposentado do TJ-MA, vai trazer a lume acontecimentos memoráveis vividos por São Luís. Na palestra *O Judiciário em Quatro Séculos*, Coutinho vai focar aspectos históricos em torno da origem e fundação da cidade, e relacionados aos primórdios da Justiça.

Para o magistrado, Dom Luís

XIII Rei de França foi, em teoria, o primeiro chefe supremo do Judiciário maranhense, após a promulgação de suas Leis Fundamentais e a criação de um Corpo de Justiça. “Em homenagem ao Infante, que contava com 11 anos de idade, foi dado ao forte e à Ilha Grande dos tupinambás o nome de São Luís”, narra o magistrado em sua obra *Ouvidores-Gerais e Juízes de Fora: Livro Negro da Justiça Colonial do Maranhão* (1612-1812).

A natureza das Leis Fundamentais, escritas e publicadas pelos franceses por ocasião da formação da França Equinocial, é o assunto da palestra do professor e doutor em Direito do Estado José Cláudio Pavão Santana, conferencista convidado da abertura, que abordará o tema *Normas Fundamentais do Maranhão: contribuição da França Equinocial ao constitucionalismo americano e Densidade jurídica e valor constitucional*.

Catálogo - A programação comemorativa inclui o lançamento do primeiro volume da coletânea Catálogo de Documentos Manuscritos do Poder Judiciário, contendo o registro de documentos judiciais da comarca de São Luís, que será entregue, simbolicamente, ao prefeito, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio

Serviço



- **O quê**
Exposição *A Justiça e a Cidade*
- **Quando**
De amanhã a sexta-feira, das 8h às 18h
- **Onde**
Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau)

Guerreiro Júnior, o idealizador das comemorações.

A obra inédita faz parte da coleção Pontos de História, que reúne autos cíveis e criminais de várias comarcas do Maranhão, a serem publicados pelo Tribunal de Justiça em 30 volumes, tendo como ponto de partida as comarcas mais antigas do Estado.

A exposição é aberta ao público e deverá ser visitada por estudantes das redes pública e privada de ensino da capital.

TJ homenageia a cidade com exposição

Nesta segunda-feira, 20, às 18, no Fórum "Des. Sarney Costa", será aberta a exposição "A justiça e a cidade", que fica em cartaz até a próxima sexta-feira, 24, numa homenagem, do Tribunal de Justiça do Maranhão, aos 400 anos da cidade de São Luís. A programação inclui ainda palestras e lançamento de obra jurídica.

POLÍCIA CONCLUI INQUÉRITO SOBRE MORTE DO JORNALISTA DÉCIO SÁ

No decorrer das investigações, 52 diligências com ordem de missão oficial foram cumpridas, inclusive, em outros Estados da Federação para o colhimento de comprovações técnicas e materiais do caso. A Polícia Civil entregou, na tarde desta sexta-feira (17), à Secretaria Judicial, da 1ª Vara do Tribunal do Júri no Fórum Desembargador Sarney Costa, o relatório final da investigação da morte do jornalista Décio Sá. Ao todo foram oito volumes com 1.970 páginas de informações contendo ainda 23 anexos adicionais ao texto principal. (Página 11)

Polícia Civil conclui inquérito sobre morte do jornalista Décio Sá

No decorrer das investigações, 52 diligências com ordem de missão oficial foram cumpridas, inclusive, em outros Estados da Federação para o colhimento de comprovações técnicas e materiais do caso

A Polícia Civil entregou, na tarde desta sexta-feira (17), à Secretaria Judicial, da 1ª Vara do Tribunal do Júri no Fórum Desembargador Sarney Costa, o relatório final da investigação da morte do jornalista Décio Sá. Ao todo foram oito volumes com 1.970 páginas de informações contendo ainda 23 anexos adicionais ao texto principal.

Foram 13 pessoas indiciadas, nove mandados de prisão expedidos e seis cumpridos. Segundo a comissão de delegados que investigou o caso, que durou 115 dias a contar da data do assassinato no dia 23 de abril, foram ouvidas um total de 102 pessoas sendo que algumas participaram de duas ou três oitivas e outras tantas acareações.

No decorrer das investigações, 52 diligências com ordem de missão oficial foram cumpridas, inclusive, em outros Estados da Federação como, Pará, Piauí, Minas Gerais, Ceará e Espírito Santo, para o colhimento de comprovações técnicas e materiais do caso.

A delegada Geral da Polícia Civil, Cristina de Menezes, se mostrou satisfeita



Foram 13 pessoas indiciadas, nove mandados de prisão expedidos e seis cumpridos

com o bom desempenho prestado pela instituição no decorrer dos trabalhos. "Foi uma investigação emblemática que mostra que a Polícia Civil não se dobra a questões alheias nem a quaisquer status político, social ou finan-

ceiro de ninguém. Isso prova o trabalho sério realizado pela comissão de delegados que se dedicou com lisura a esta investigação", comentou a delegada.

Cristina Menezes agradeceu ainda o apoio dado

pelo Ministério Público Estadual e o Poder Judiciário. "Agora o Tribunal de Justiça vai avaliar a necessidade de novas audições. Tudo que consta dos autos foi citado neste documento entregue", finalizou.

Justiça que tarda é Justiça que falha

**SÉRGIO
TOSTES**
ADVOGADO, É MEMBRO
DA COMISSÃO MISTA
DE COMUNICAÇÃO
INSTITUCIONAL DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO RIO DE JANEIRO

O recém-iniciado julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Penal nº 470, conhecida nacionalmente como mensalão, está dando à população brasileira a oportunidade de acompanhar ao vivo o funcionamento do mais importante órgão do Judiciário. É uma vitória da democracia que questão tão crucial possa ser decidida com esse grau de transparência. Mais do que a eventual condenação

de figuras importantes e sobejamente conhecidas, estão em discussão temas fundamentais para a República, pois serão, espera-se, proclamados, em alto e bom som, os direitos e os deveres daqueles que exercem funções públicas. É uma oportunidade para que os padrões de comportamento sejam passados a limpo. Esperamos que o julgamento defina de forma correta a linha de conduta dos cidadãos pelos anos vindouros.

Mas o mensalão é apenas uma ação entre milhões que tramitam a cada dia pelos tribunais do país. Ganhou notoriedade ímpar por sua conotação política e pelos nomes que compõem a relação dos réus. Perguntar-se-ia, pois: esta é a questão mais importante em julgamento no Poder Judiciário? A resposta é não, não e não. Para cada cidadão brasileiro, a ação mais importante é aquela que lhe diga respeito. Uma nação é constituída de pessoas, todas iguais em suas diferenças, tais como mães que reclamam o pagamento de pensões alimentícias para os filhos, pequenas ou grandes empresas que exigem o cumprimento de seus direitos, chefes de família que não suportam ser mal atendidos em serviços para os quais pagaram antecipadamente, donas de casa que não admitem que o sossego familiar seja perturbado por um vizinho, e inúmeras outras situações do cotidiano.

A procura, de forma civilizada, do reconhecimento dos direitos individuais encontra no Poder Judiciário seu único caminho. A cada dia estamos mais conscientes de nossos direitos e mais dispostos a lutar por eles. Assim, a procura pela atuação do Judiciário não só é consequência natural do processo de desenvolvimento do país, como tende a aumentar progressiva e geometricamente. É hora de todos os que atuam profissionalmente nas áreas do direito unirem forças para solucionar os

ingentes problemas que a Justiça do país está enfrentando e enfrentará.

Não é admissível que organismos criados para, em última análise, desenvolver e aprimorar as práticas da Justiça se engalfinhem, interna ou externamente, por questões que não representam o cerne da questão, qual seja, um sistema que, pura e simplesmente, permita que os direitos legítimos sejam reconhecidos com a rapidez que os tempos modernos exigem. Uma conhecida parábola - a Justiça tarda, mas não falha - caiu em desuso. Nos dias de hoje a Justiça que tarda é uma Justiça que falha!

As responsabilidades têm que ser compartilhadas por todos, membros de tribunais de Justiça estaduais e federais, representantes das elites pensantes dos diversos setores da sociedade, academia, e, principalmente, aqueles que representam o direito de terceiros, ou seja, advogados, integrantes de órgãos fiscalizadores da aplicação da lei, bem como funcionários dos organismos judiciais. É hora de todos trabalharem em harmonia. Vejo com grave preocupação os desentendimentos que grassam internamente em cada setor. E, muito pior, os antagonismos crescentes entre os diversos setores dos operadores do direito.

Advogado militante há quase 50 anos, venho sentindo muita falta de atuação mais propositiva da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), instituição que teve papel preponderante para o retorno do país à normalidade democrática. É, pois, hora de a OAB reassumir seu papel de liderança institucional, como ocorreu quando, na vigência do arbítrio do regime militar, a Ordem lutou pela restauração plena do habeas corpus, pela supressão da censura à imprensa e pelo retorno da intangibilidade das garantias constitucionais da magistratura, sem o que não se estaria falando a sério no restabelecimento do Estado Democrático de Direito.

Que venham propostas concretas para aprimoramento das práticas judiciais. Que essas propostas sejam apresentadas aos responsáveis por sua implantação. Que sua implantação seja cobrada dos responsáveis. Que ninguém se intimide de nominar quem quer que, independentemente de seu cargo ou função, não esteja agindo conforme os melhores princípios republicanos. O momento é de se ter coragem de construir um futuro mais justo.



DEPOIMENTO

Caberá à justiça maranhense decidir se há ou não necessidade do depoimento do deputado estadual Raimundo Cutrim (DEM) no caso do assassinato do jornalista Décio Sá. O inquérito foi encaminhado na sexta-feira à 1ª Vara do Tribunal do Juri.

Assassinato

Polícia Civil conclui inquérito sobre morte do jornalista Décio Sá

A Polícia Civil entregou, na tarde desta sexta-feira (17), à Secretaria Judicial, da 1ª Vara do Tribunal do Júri no Fórum Desembargador Sarney Costa, o relatório final da investigação da morte do jornalista Décio Sá. Ao todo foram oito volumes com 1.970 páginas de informações contendo ainda 23 anexos adicionais ao texto principal.

Foram 13 pessoas indiciadas, nove mandados de prisão expedidos e seis

cumpridos. Segundo a comissão de delegados que investigou o caso, que durou 115 dias a contar da data do assassinato no dia 23 de abril, foram ouvidas um total de 102 pessoas sendo que algumas participaram de duas ou três oitivas e outras tantas acareações.

No decorrer das investigações, 52 diligências com ordem de missão oficial foram cumpridas, inclusive, em outros Estados da Federação como, Pará, Piauí, Mi-

nas Gerais, Ceará e Espírito Santo, para o colhimento de comprovações técnicas e materiais do caso.

A delegada Geral da Polícia Civil, Cristina de Meneses, se mostrou satisfeita com o bom desempenho prestado pela instituição no decorrer dos trabalhos. "Foi uma investigação emblemática que mostra que a Polícia Civil não se dobra a questões alheias nem a quaisquer status político, social ou financeiro de nin-

guém. Isso prova o trabalho sério realizado pela comissão de delegados que se dedicou com lisura a esta investigação", comentou a delegada.

Cristina Meneses agradeceu ainda o apoio dado pelo Ministério Público Estadual e o Poder Judiciário. "Agora o Tribunal de Justiça vai avaliar a necessidade de novas audições. Tudo que consta dos autos foi citado neste documento entregue", finalizou.

❖❖ E precisava ver o 'chororô' na posse do novo desembargador!!! Pior é que o pessoal estava pensando que era a emoção!!! Que nada!!! O 'chororô' era de servidor perdendo cargo comissionado!!!

Memória - O Tribunal de Justiça do Maranhão homenageará a cidade de São Luís na passagem do seu aniversário de 400 anos, com a Exposição “A Justiça e a Cidade”, de 20 a 24 de agosto, no Fórum do Calhau. A programação inclui palestras, lançamento de obra jurídica, mostra de fotos antigas e painel cronológico sobre a história da cidade e do Poder Judiciário, apresentações cultural e musical e visita de estudantes da rede municipal de ensino. A abertura solene acontece na segunda-feira (20), às 18h, no 4º andar do Fórum “Des. Sarney Costa”, com a presença de autoridades judiciárias e convidados.